

FOLHA CIÊNCIA

Tel.: 0/xx/11/224-3178
E-mail: ciencia@uol.com.br
Fax: 0/xx/11/224-4217

Serviço de
atendimento ao assinante:
0/xx/11/224-3090

PÁGINA A 18 ★ SÃO PAULO, SEXTA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 2000

AMBIENTE Levantamento feito por ONGs do Pará afirma que exploração racional de madeira obtém resultado 19% maior

Manejo florestal rende mais, diz estudo

CLAUDIO ANGELO

ENVIADO ESPECIAL A BRASÍLIA

Que ninguém mais deixe de praticar extração madeireira de baixo impacto na Amazônia sob o pretexto de que ela é economicamente inviável. Estudo publicado por uma ONG do Pará mostra que, na ponta do lápis, o tipo de manejo que destrói menos a floresta é 12% mais barato e rende 19% a mais que o convencional.

O estudo foi publicado em inglês no ano passado pela FFT (Fundação Floresta Tropical). Será divulgado em português no ano que vem. Foi realizado numa fazenda a 120 km de Paragominas, no leste do Pará, principal pólo madeireiro do Estado.

Foram estabelecidas seis áreas de cem hectares, onde se explorou madeira das duas formas.

O relatório mostra que o manejo sustentável acaba saindo US\$ 1,84 mais barato por metro cúbico de madeira extraída (uma árvore como o cedro tem cerca de 3 m³). Para uma empresa madeireira de médio porte, que produza 9.000 m³ de madeira por ano, a economia pode acabar rendendo até US\$ 16.560 anuais.

Os madeireiros hoje fogem do manejo sustentável porque ele tem um custo inicial alto —duas vezes o da exploração convencional, devido ao planejamento. De cerca de 4.000 madeireiras cadastradas hoje na Amazônia, apenas uma meia dúzia o pratica.

Com a extração convencional tudo é muito mais simples: basta pagar (barato) um mateiro, caboclo que identifica as árvores de va-

lor comercial, derrubá-las e retirá-las à força com um trator.

O resultado desse tipo de exploração é a sina das áreas degradadas da Amazônia: danificada pelas máquinas e sem madeira de valor, a área acaba pegando fogo e sendo transformada em pasto.

Menos desperdício

O que o estudo da FFT mostra, no entanto, é que o manejo sustentável acaba compensando porque reduz o desperdício de madeira em 78%. Não há o risco de derrubada de árvores ocas nem de o operador de trator, que recolhe os troncos da mata, não encontrar as árvores abatidas.

Outro custo reduzido pelo manejo sustentável é o chamado valor da madeira em pé —ou seja, quanto o madeireiro paga pela exploração de uma área alheia ou pela compra de terras com potencial madeireiro.

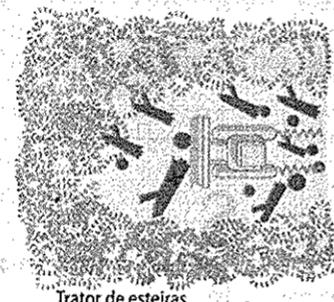
Suponha que alguém pague US\$ 100 por hectare para explorar 30 metros cúbicos de madeira comercial disponíveis, em média, na região. Se optar pelo manejo, vai pagar US\$ 3,33 por metro cúbico.

“Na exploração tradicional, vai pagar mais, porque muita madeira é desperdiçada” (não consegue extrair os 30 m³), disse à Folha Paulo Barreto, do Imazon (Instituto do Meio Ambiente e do Homem da Amazônia), que participou do estudo da FFT.

Barreto, aliás, foi o primeiro pesquisador a sugerir a viabilidade econômica do manejo sustentável, num estudo publicado em 1998, feito numa região diferente. Seus dados mostravam que os ga-

DUAS FORMAS DE EXPLORAÇÃO

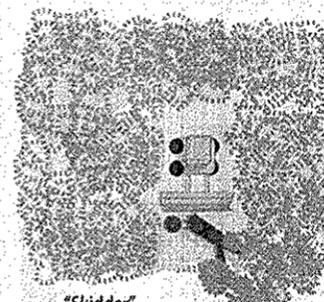
Extração planejada evita desperdício de madeira



Trator de esteiras

Extração convencional

- 1 As árvores de interesse econômico são marcadas e derrubadas
- 2 Um trator entra na mata em linha reta, fazendo o caminho mais curto até a árvore derrubada. No caminho, destrói árvores menores
- 3 Como não há planejamento, muitas árvores derrubadas não são encontradas
- 4 O resultado é desperdício e clareiras na mata nos lugares por onde o trator passou



"Skidder"

Extração de baixo impacto

- 1 Uma equipe faz um mapa detalhado de todas as árvores de interesse econômico
- 2 O mapa vai para os operadores de motosserra e para os tratoristas, que podem assim encontrar todas as árvores derrubadas
- 3 O trator desvia de árvores menores para chegar à madeira, mantendo a cobertura vegetal quase como estava
- 4 A área de onde a madeira foi extraída é deixada "em repouso" por até 30 anos, para que a mata se regenere

nhos com o manejo de baixo impacto eram duas vezes maiores que os custos do planejamento.

Floresta X pecuária

“O novo relatório é interessante porque confirma o que tínhamos observado em outro tipo de floresta”, afirmou.

Apesar de ambos os estudos terem sido feitos com madeireiras grandes, Barreto acredita que o

raciocínio se aplica também às pequenas serrarias —responsáveis por mais de metade dos 28 milhões de m³ extraídos anualmente na Amazônia (80% deles de forma ilegal).

“O problema é comparar o rendimento do manejo de baixo impacto com o da pecuária. Aí a madeira perde”, afirmou o pesquisador. “A questão é se o sujeito quer investir na floresta ou não.”

Mercado passa a pedir certificado para exportação

DO ENVIADO ESPECIAL

O manejo sustentável é o caminho da atividade madeireira na Amazônia. Não por consciência ecológica dos exploradores, mas por pura e simples pressão de mercado.

“O mercado externo está exigindo cada vez mais madeira com certificação ambiental”, disse à Folha a economista Suzy Modesto Siqueira, da FFT (Fundação Floresta Tropical). “Quem quiser exportar vai precisar estar de acordo com as normas ambientais”, afirmou.

Para satisfazer um mercado externo “ambientalmente correto”, as grandes madeireiras estão começando a adotar o selo do FSC (Conselho de Manejo Florestal, na sigla em inglês), que garante que aquela madeira não foi produzida à custa da destruição da floresta.

Um grupo internacional de compradores de madeira, encabeçado por empresas dos EUA e da Europa, se comprometeu a usar, até 2003, 25% de madeira com o selo do FSC.

No Brasil, empresas como a Tramontina e a rede de lojas Tok & Stok pretendem adotar madeira certificada até 2005.

Até agora, só duas madeireiras têm o selo no Brasil: a Mil e

a Gethal, ambas do Amazonas.

“É preciso agora que as empresas brasileiras, que consomem 70% da madeira da Amazônia, também adotem o selo”, afirma Domingos Sávio Macedo, do Programa Pró-Manejo para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, mais conhecido como PPG-7) no Estado do Amazonas.

O programa, coordenado pelo governo brasileiro e pago pelo G-7, financia instituições de pesquisa como a FFT para darem treinamento a técnicos e engenheiros florestais em manejo de baixo impacto.

O próprio ritmo predatório da exploração de madeira na região está mudando o perfil das empresas. Em Paragominas, onde se concentra o maior número de serrarias do Pará, a degradação das florestas está condenando as empresas menores à falência.

Quanto maior o desmatamento, mais longe os madeireiros precisam ir para buscar matéria-prima, o que muitas vezes inviabiliza o negócio.

Um estudo do Imazon (Instituto do Meio Ambiente e do Homem da Amazônia), de 1997, mostra que, em 1990, as pequenas serrarias representavam 80% das empresas de Paragominas. Em 1995, elas eram pouco mais de 55%, enquanto as grandes empresas saltaram de pouco mais de 10% para quase 20%. (CA)